



95

## O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NOS BANCOS LISTADOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Rodrigo Ferraz De Almeida [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Nelson Oliveira Stefanelli [ORCID iD](#)

Fucape, Vitória, ES, Brazil

**Aluno Doutorado/Ph.D. Student Rodrigo Ferraz De Almeida**

[0000-0002-8596-0531](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

DOUTORADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO

**Doutor/Ph.D. Nelson Oliveira Stefanelli**

[0000-0002-3695-9243](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado em Administração

### Resumo/Abstract

O presente artigo apresenta a estrutura legal dos Ativos Fiscais Diferidos [AFD] das instituições financeiras listadas no Banco Central do Brasil [BACEN], que em cenários de crise econômica nacional ou mundial, vem impactando diretamente os resultados financeiros dos bancos. Portanto, o objetivo desse estudo foi avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em evitar relatar uma queda nos lucros (H1), evitar relatar uma perda (H2) e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas (H3) dos bancos listados no BACEN, durante o período de 2016 a 2020. Utilizou-se accruals totais, accruals anormais do modelo Jones Modificado e accruals anormais do modelo Jones Modificado Prospectivo como proxies que refletem o gerenciamento de resultados. Para responder as hipóteses, estimou-se o modelo pooled cross-sectional usando regressão probit. E os resultados encontrados não identificaram significância no uso dos AFD como medidas de accruals na detecção de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros, evitar perdas e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

### Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

### Área Temática/Research Area



Contabilidade Financeira e Finanças (CFF) / Financial Accounting and Finance

## O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NOS BANCOS LISTADOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

### RESUMO

O presente artigo apresenta a estrutura legal dos Ativos Fiscais Diferidos [AFD] das instituições financeiras listadas no Banco Central do Brasil [BACEN], que em cenários de crise econômica nacional ou mundial, vem impactando diretamente os resultados financeiros dos bancos. Portanto, o objetivo desse estudo foi avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em evitar relatar uma queda nos lucros (H1), evitar relatar uma perda (H2) e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas (H3) dos bancos listados no BACEN, durante o período de 2016 a 2020. Utilizou-se *accruals* totais, *accruals* anormais do modelo Jones Modificado e *accruals* anormais do modelo Jones Modificado Prospectivo como *proxies* que refletem o gerenciamento de resultados. Para responder as hipóteses, estimou-se o modelo *pooled cross-sectional* usando regressão *probit*. E os resultados encontrados não identificaram significância no uso dos AFD como medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros, evitar perdas e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

**Palavras-chave:** bancos, AFD, gerenciamento de resultados, tributos.

### 1 INTRODUÇÃO

Para entender o conceito de AFD, desde o seu tratamento contábil e fiscal, além de seu pronunciamento, é importante destacar que, ele representa o valor do tributo sobre o lucro a ser recuperado em determinado momento, mas relacionado às diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e compensação futura de créditos fiscais não utilizados. Sendo que as diferenças temporárias dedutíveis poderão ocorrer na inclusão do lucro contábil de receitas ou despesas em um determinado período, e em um outro período, serem incluídas no lucro tributável.

E desde a sua regulamentação, os estoques de AFD crescem a cada ano, não existindo uma regra legal para sua diminuição, e esse fenômeno torna-se discutível a qualidade dos lucros, do Patrimônio Líquido [PL] e dos ativos, além da elevação dos riscos aos quais os bancos estão expostos, sendo que os investidores reagirão negativamente à dimensão desses estoques na composição da estrutura patrimonial, evidenciando-se um efeito negativo no valor de mercado, pois não rentabilizam, além de não serem objeto de ajuste a valor presente, sugerindo risco relevante de superestimação patrimonial, o que reforçaria as expectativas de reação negativa dos investidores (Skinner, 2008). E os investidores interpretam esse fato como sendo um volume significativo de despesas pagas antecipadamente pelos bancos e que fluirão em benefícios econômicos futuros, atribuindo valor positivo aos AFD (Ayers, 1998).

Em momentos de resultados financeiros desfavoráveis aos bancos, os AFD se tornam gerenciadores de resultados, impactando o Resultado Líquido do Período [RLP], sendo que de um lado, o banco apresentará um resultado mais favorável, e pelo outro, esse resultado não é operacional de intermediação financeira, e sim resultante da aplicação legal, podendo ser considerado como um ponto negativo para o banco. E em momentos de resultados financeiros favoráveis, uma medida discricionária de aplicação legal dos AFD poderá inflar o RLP (Guia & Dantas, 2020), o que tornará o banco ainda mais lucrativo.

Diante desse cenário, esse presente estudo teve como objetivo avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em três metas: evitar relatar uma queda nos lucros, evitar relatar uma perda e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas.

Essa discussão vai ao encontro com a pesquisa realizada por Phillips, Pincus e Rego (2003) que avaliaram a utilidade dos AFD na detecção de gerenciamento de resultados, presumindo maior discricção de acordo com os Generally Accepted Accounting Principles [GAAP] do que de acordo com as regras tributárias, e assumindo que os gerentes exploram tal discricção para administrar a receita para cima principalmente de maneiras que não afetem o lucro tributável corrente, esse gerenciamento de resultados gerará diferenças de imposto contábil que aumentam os AFD.

A preocupação em relação ao tema justifica-se também pelo fato da relevância dos AFD serem reconhecidos em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, de acordo com o International Accounting Standard nº 12 [IAS 12], Statement of Financial Accounting Standards nº 109 [SFAS 109] e o Comitê de Pronunciamento Contábil nº 32 [CPC 32].

E a questão não se concentra apenas no reconhecimento contábil desses ativos, que vem buscando junto com as demonstrações financeiras, uma melhor harmonização com as normas internacionais (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel & Koval, 2020), e sim nas consequências que isso provoca na estrutura patrimonial e nos indicadores de performance dos bancos, com efeitos na forma como os usuários avaliam as informações relativas aos AFD (Guia & Dantas, 2019).

Para o alcance do objetivo dessa pesquisa, foram levantados os dados contábeis de 2016 a 2020 dos bancos do mercado bancário brasileiro, coletados do BACEN e Bloomberg. Sendo considerados *big banks* aqueles que superaram R\$ 1.000.000.000,00 de Receitas de Intermediação Financeira [RIF] em cada ano da amostra, e os *small banks* aqueles que não superaram esse valor. E as análises empíricas avaliaram a capacidade incremental dos AFD e as medidas de *accruals* para detectar gerenciamento de resultados (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

Foram consideradas três situações de presença de gerenciamento de resultados: empresas-anos com zero ou mudanças ligeiramente positivas nos ganhos, empresas-anos com níveis de ganhos zero ou ligeiramente positivos; empresas-anos onde os ganhos são exatamente iguais ou ligeiramente superiores às previsões dos analistas. E com relação ao cenário de evitar uma perda, consistente com Dechow e Dichev (2002), foram comparados empresas-anos com níveis de ganhos em escala zero ou ligeiramente positivos com empresas-anos com níveis de ganhos em escala ligeiramente negativos. Sendo essas situações estimadas no modelo transversal agrupado usando regressão *probit* (para evitar um declínio nos lucros).

Utilizou-se *accruals* totais (Healy 1985), *accruals* anormais do modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995), e *accruals* anormais do modelo Jones Modificado Prospectivo (Dechow & Dichev, 2002) como *proxies* para *accruals* que refletem o gerenciamento de resultados. Os *accruals* totais são o lucro da operação contínua menos fluxos de caixa de operações contínuas.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma: Seção II descreve a Fundamentação Teórica, enquanto a Seção III a Metodologia, já a Seção IV apresenta os Resultados e finaliza com as Referências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 AFD

Desde a sua regulamentação até os dias atuais, os AFD tem sido motivo de fontes de pesquisas, por um lado, pela razão de sua existência está na geração de créditos que serão compensados em um futuro próximo ou distante, sendo caracterizado como um benefício fiscal para as empresas que em determinado momento apresentam prejuízos fiscais e poderão reduzir a base de cálculo para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica [IRPJ], que a partir da Lei nº

6.404/1976 iniciou a sua regulamentação, passando por diversas alterações, até a publicação da Lei 12.973/2014 e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [CSLL], originada da Lei Complementar nº 70/1991, no momento em que a empresa apresentar lucro fiscal.

E por outro lado, são reconhecidos como um benefício econômico, e não fiscal, quando despesas não dedutíveis para fins fiscais tornarem-se dedutíveis, reduzindo a base de apuração do lucro fiscal.

Os reconhecimentos e mensurações dos AFD partem por diversas entidades, podendo citar o IAS 12 - Income Taxes; Financial Accounting Standards Board [FASB] - SFAS 109 - Accounting for Income Taxes, e o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; que emitiram normas que regulam o tratamento contábil do imposto sobre lucros e efeitos temporários na estrutura patrimonial e no resultado.

Essas entidades influenciam a qualidade da informação contábil, assim como os padrões de contabilidade de alta qualidade (Christensen, Hail & Leuz, 2013), a origem do sistema legal do país (Bushman & Piotroski, 2006), e influencia o sistema tributário no alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável (Soderstrom & Sun, 2007).

Para o IAS 12, o AFD é reconhecido em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, a menos que os AFD surjam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro tributável (Beer, De Mooij & Liu, 2020).

O reconhecimento das diferenças temporais auxilia os efeitos fiscais refletidos no balanço, caracterizando o método de reconhecimento integral entre o resultado contábil e a base tributável, apoiando o princípio da competência, e em relação às receitas e despesas, considerando que os efeitos fiscais relacionados a todos os fatos e transações que lhes originam, devem estar refletidos nas demonstrações financeiras (Skinner, 2008). Os AFD são majoritariamente oriundos de diferenças temporárias, porém ocorrendo um crescimento maior dos créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais no período combinado com uma evolução maior dos ativos fiscais totais do que dos passivos fiscais diferidos (Madeira, 2015).

Possibilitando a existência de futura compensação dos prejuízos, a empresa registra o crédito fiscal, cujo benefício será realizado em algum exercício futuro. Este benefício reduz o prejuízo fiscal corrente, dando lugar a um ativo fiscal, por imposto diferido. Reconhecendo este crédito, a empresa tem a possibilidade de lucro maior (ou prejuízo menor) depois dos tributos sobre o lucro (Hendriksen & Van Breda, 1992).

Barth, Landsman e Lang (2008) descobriram que as empresas que aplicam as IAS em 21 países, geralmente evidenciam menos gerenciamento de resultados, reconhecimento de perdas mais oportuno e mais relevância dos valores contábeis do que as empresas de amostra correspondentes que aplicam padrões domésticos fora dos EUA. Foram examinadas se a aplicação das IAS está associada a uma maior qualidade contábil, e se reflete aos efeitos combinados de características do sistema de relatório financeiro, incluindo normas, sua interpretação, execução e litígio.

O SFAS 109 reconhece os AFD em situações onde os benefícios das diferenças temporárias dedutíveis são esperados e as consequências fiscais futuras de eventos atualmente reconhecidos podem ser consideradas. E os objetivos da contabilização do imposto de renda são de reconhecer o valor dos impostos a pagar ou a reembolsar no exercício corrente, e Passivos Fiscais Diferidos [PFD] ou AFD para as consequências fiscais futuras de eventos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ou fiscais.

O aumento (redução) no PFD líquido em um período pode ser igual à despesa (benefício) de imposto diferido de uma empresa para o período, mas as diferenças são comuns. As diferenças normalmente ocorrem quando as empresas se envolvem em fusões, aquisições e

alienações, ou para relatar outros itens de rendimento abrangente, que pode afetar contas de imposto diferido no balanço patrimonial, porém, sem afetar a despesa de imposto diferido na demonstração do resultado (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

Miller e Skinner (1998) investigaram os determinantes da provisão para AFD sob SFAS 109, e identificaram que o subsídio é maior para empresas com relativamente mais AFD, e menor para as empresas com níveis mais elevados de lucro tributável futuro esperado.

Uma vez que a realização futura de um AFD é uma incógnita que não pode ser prevista com precisão, o julgamento deve ser usado para determinar se uma provisão para avaliação é necessária. A realização deste ativo, em última análise, depende da realização de renda tributável suficiente, do tipo certo no momento certo.

O CPC 32 foi aprovado em 2009 pelo Conselho Federal de Contabilidade [CFC] que emitiu a correspondente Resolução CFC nº 1.189/09 aprovando a NBC T 19.2 – Tributos sobre o Lucro, posteriormente renumerada e consolidada pelo CFC como NBC TG 32 (R3). E o CPC 32 orienta que o AFD deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

E quanto à mensuração, os APFD devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O que se pode observar é que pouca diferença técnica conceitual há entre o IAS 12, o SFAS 109 e o CPC 32 quando se trata dos AFD, porém, ao se tratar desses ativos das instituições financeiras, novas regulamentações são apresentadas com critérios e reconhecimentos diferenciados das empresas não financeiras.

O setor financeiro desenvolve regulamentações para garantir a segurança das transações e minimizar fraudes, e nas instituições financeiras brasileiras, como destaque os bancos, os ativos são caracterizados de acordo com a sua atividade de intermediação financeira, e os AFD são ainda mais divergentes comparados às outras atividades empresariais, exigindo um valor representativo de capital próprio e ao mesmo tempo, a exclusão dos créditos tributários para a apuração do capital regulatório, pela qualidade não satisfatória apresentada por esses ativos na resiliência obrigatória ao sistema bancário mundial (Zanon & Dantas, 2020).

Em uma linha do tempo, os bancos brasileiros foram impactados com os AFD decorrentes de diferenças temporárias a partir da Lei nº 9.249/1995 que, em um dos efeitos, vedou a dedução de provisões (regra geral) na apuração do lucro para fins tributários. E a Lei 9.430/1996 determinou rígidos critérios para dedução de perdas de crédito da base de cálculo dos tributos sobre o lucro.

No ano de 2002, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional [CMN] 3.059, surge a norma que rege o reconhecimento e manutenção de AFD nos balanços das instituições, e posteriormente, suas atualizações promovidas pela Resolução do CMN 4.441/2015. E atualmente, o CMN publicou a Resolução 4.842/2020 revogando as Resoluções: 3.059/2002, 3.355/2006 e 4.441/2015; consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Também pode ser citada a Resolução do CMN 4.192/2013, que estabeleceu que os AFD podem ser excluídos decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização e/ou o volume que ultrapassar o limite de até 10% do capital principal da instituição, exceto para Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa [PCLD].

No ano de 2015, com a Lei 13.169, os bancos sofreram uma elevação na carga tributária da CSLL, em consequência, um aumento substancial dos estoques de créditos tributários.

E quando se trata do sistema bancário internacional, com o intuito de torná-lo mais estabilizado, foi criado o Basel Committee on Banking Supervision [BCBS], junto ao Bank for International Settlements [BIS], originado a ser um fórum mundial para discussão e cooperação em matéria de regulação bancária prudencial; consistindo em reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas no mercado financeiro. E como uma das ações para atingir os seus objetivos, foi publicado o Acordo de Basileia I no ano de 1988, que estipulou exigências mínimas de capital para instituições financeiras, reduzindo os riscos às operações de crédito (Zanon & Dantas, 2020).

Já no ano de 2004, foi publicado o Acordo de Basileia II, objetivando ainda mais o fortalecimento do sistema financeiro internacional, gerando mais estabilidade e precisão da mensuração dos riscos incorridos pelos bancos. E após a crise do subprime em 2009, foi divulgado em 2010, o Acordo de Basileia III, com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade dos bancos para o enfrentamento de crises financeiras, indicando elementos para elevar a qualidade, a consistência e a transparência da base de capital (Guia & Dantas, 2020).

Citando Mear, Bradbury e Hooks (2021) com adaptações, os AFD são contraditórios no aspecto técnico-conceitual, entendendo que, o diferimento pode pressupor que haverá lucro tributável em algum momento no futuro, e as legislações tributárias serão as mesmas do presente; os lucros são tributados em um montante, não por receitas e despesas individualizadas, e as diferenças temporárias por contas contábeis específicas.

Os tributos sobre o lucro deveriam ser considerados como sendo uma “taxa” sobre operações lucrativas, devendo ser registrados como despesa quando uma operação lucrativa fosse realizada; esses mesmos tributos surgem após o lucro ser produzido e não antes, assemelhando-se aos dividendos, e por fim, inexistente a obrigação presente do agente arrecadador em pagar ou ressarcir a entidade que reconhece o ativo, caso contrário esse agente deveria reconhecer um passivo (Skinner & Soltes, 2011).

E as diferenças produzem um estoque gerenciado no ativo e controlado na comprovação de futuros lucros para amortizarem essas diferenças. E o que se percebe, é que, não havendo resultado tributável ao longo do tempo que reduza a compensação dos créditos fiscais por diferenças temporárias dedutíveis, em uma consequência tributária, esses mesmos tendem a serem reconhecidos como créditos tributários de prejuízo fiscal.

Ao se pronunciar AFD nas instituições financeiras, vale documentar o objetivo desses ativos para esse setor. Deve ser considerado como sendo um benefício fiscal ou econômico? Os AFD são usados pelo governo e agentes de serviços financeiros, a título de exemplo Receita Federal do Brasil [RFB], como uma ferramenta de tolerância regulatória; isto é, dar aos principais bancos a aparência de saúde financeira quando na verdade, muitos estão insolventes? Os próprios gestores dos bancos usam o arbítrio inerente à contabilidade de impostos diferidos para praticar arbitragem de capital regulatório, e gerenciar os níveis relatados de capital regulatório de forma a evitar cair abaixo dos limites mínimos de capital? (Skinner, 2008).

Pode-se observar, que os AFD possuem um papel diferenciado nas instituições financeiras com relação às outras instituições não financeiras, e é valiosa a exploração dos potenciais riscos de superestimação patrimonial desses ativos, em função da não aplicação do ajuste a valor presente, pois a materialidade dos impactos decorrentes dos ajustes ao longo do tempo e as suas diversas repercussões, podem revelar distorções na estrutura patrimonial das instituições financeiras (Guia & Dantas, 2019).

Esses ativos são questionados quanto à sua capacidade de geração de benefícios econômicos e de controle da entidade, especialmente nas instituições financeiras, por não cumprirem a função de intermediação financeira, o que os tornaria desprovidos de substância econômica (Skinner, 2008), e esses benefícios criam uma persistência de lucro, e na presença

do capital estrangeiro pode provocar a redução de sua ocorrência, pois o nível de lucro impacta na constituição da PCLD, sendo que bancos de capital nacional são mais propensos a gerenciar os resultados.

E outra investigação nas instituições financeiras a ser observada, é a da relevância informacional do acentuado nível de AFD nessas instituições, localizadas no Brasil e no exterior, identificando se tais ativos influenciam o valor de mercado das instituições bancárias de capital aberto (Guia & Dantas, 2020). A PCLD também representa uma relevância informacional, pois poderá estar presente no processo de gerenciamento de resultado das instituições financeiras, e o capital estrangeiro poderá exercer influência na decisão de gerenciamento de resultados.

## 2.2 AFD E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O gerenciamento de resultados objetiva manter ou incrementar o valor da empresa, utilizar os critérios contábeis oportunistas, apresentar uma situação equilibrada quanto à solvência, associando os aspectos a mecanismos que possam minimizar impactos negativos (Fields, Lys & Vicent, 2001). Consiste em linhas gerais, na utilização de escolhas contábeis e operacionais por parte dos gestores, a fim de atender a resultados específicos, que podem prejudicar a tomada de decisões por parte de *stakeholders* em função da falsa percepção da situação econômica da entidade, ou, até mesmo, influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis (Alzoubi, 2016).

Considerando-se que o gerenciamento de resultados tem reflexo direto na qualidade da informação divulgada para os *stakeholders*, as demonstrações contábeis constituem uma das principais fontes de informações para subsidiarem as decisões dos investidores, credores e demais usuários das informações contábeis (Chen, 2010).

Como um mecanismo de governança externa eficaz, a competição pode reduzir o gerenciamento de resultados por meio do aumento do custo de precificação incorreta (Dechow, Ge & Schrand, 2010, Burks, Cuny, Gerakos & Granja, 2018). Portanto, a persistência de ganhos reduzidos resultante é o resultado da diminuição do gerenciamento de resultados causada pelo aumento da concorrência.

E para as deficiências apresentadas na regulação contábil, como por exemplo, empresas podem apresentar níveis diferenciados de qualidade da informação contábil, ainda que ambas utilizem as normas contábeis internacionais e os órgãos reguladores, devem aprimorar a comparabilidade de informações contábeis no âmbito nacional e internacional (Wronski & Klann, 2020), medidas de gerenciamento de resultado seriam até mesmo benéficas para os usuários externos ao servirem de complemento a uma informação pouco relevante, e diante de aspectos de subjetividade em certos casos, permitem aos gestores escolherem uma determinada opção em detrimento de outra, facultando, assim, a melhoria ou piora na qualidade da informação divulgada (Mear, Bradbury e Hooks, 2021).

A discricionariedade nas escolhas contábeis, com base no campo estrito da legalidade e princípios contábeis, é reconhecida como gerenciamento de resultados e está relacionada com a qualidade das informações financeiras reportadas (Souza, Flach, Borba & Broietti, 2020).

Marques, Amaral, Souza, Santos & Belo (2017) também relacionam o gerenciamento de resultados com a realização de escolhas contábeis e operacionais com o objetivo de alcançar interesses específicos dos gestores ou da própria firma, e a prática pode ser vista como oportunística, especialmente por investidores que precisam de informações de qualidade para subsidiar suas decisões.

Pode-se destacar a prática de gerenciamento de resultados na diminuição da volatilidade dos resultados e a relutância das empresas em divulgarem suas perdas (Joia & Nakao, 2014). E os mais recorrentes e pesquisados possíveis gerenciamento de resultados são por *accruals* discricionários e a manipulação das atividades operacionais (Abad, Cutillas-Gomariz, Sánchez-



Ballesta & Yagüe, 2018, Gao, Gao & Wang, 2017).

A flexibilidade legal derivada da adoção das *International Financial Reporting Standards* [IFRS] tende a racionalizar, em certo grau, as ações arbitrárias dos gestores, avançando em termos absolutos os *accruals* discricionários após a adoção dessas normas internacionais (Boina & Macedo, 2018).

Evidências sugerem que apenas os modelos Jones e Jones Modificado produzem *accruals* anormais que são distinguíveis de uma decomposição aleatória de ganhos e, portanto, consistente com os acréscimos anormais resultantes de decisões gerenciais para aumentar e/ou suavizar a receita (Guay, Kothari & Watts, 1996).

Dechow, Sloan e Sweeney (1995) modificou o modelo de Jones para permitir a possibilidade de que os gerentes usem discricção para acumular receita quando for questionável se os critérios de reconhecimento de receita forem atendidos. Também avaliam a capacidade de cinco modelos de acumulação para detectar ganhos e descobriram que o modelo Modificado é o mais poderoso na detecção de gerenciamento de resultados em uma amostra de empresas que a *Securities and Exchange Commission* [SEC] identificou exagero em seus lucros.

Além disso, Bernard e Skinner (1996) argumentam que nos modelos Jones, os *accruals* anormais classificam erroneamente os *accruals* normais como anormais. Assim, a evidência atual sugere que as variáveis de acumulação medem mal a discricionarieidade para gerenciar ganhos.

DeAngelo (1986) usa a mudança nos *accruals* totais, que implicitamente assume que os *accruals* normais são constantes ao longo do tempo, de forma que uma mudança nas acumulações reflita *accruals* anormais. Dechow (1994) mostra que os *accruals* totais são reversão à média; portanto, parte da mudança esperada nos *accruals* totais.

Em *accruals* discricionários, o gestor pode modificar a informação contábil com o reconhecimento do resultado pelo regime da competência, por meio de diversos aspectos relativos às escolhas contábeis e políticas de gestão financeira da entidade (Barros, Menezes, Colauto & Teodoro, 2014), modificam o lucro líquido, porém não refletem no fluxo de caixa da empresa (Dechow & Dichev, 2002).

Para Martinez (2008), os *accruals* discricionários embora tenha o propósito, de registrar o efetivo lucro econômico das entidades, também são passíveis de utilização pelos gestores para fins arbitrários, tornando-se, no elemento discricionário, uma *proxy* de gerenciamento de resultados.

Pesquisas anteriores procuraram detectar gerenciamento de resultados usando vários *accruals* como *proxies* para discricção gerencial. No entanto, Guay, Kothari e Watts (1996) demonstra que os acréscimos derivados de cinco modelos alternativos refletem uma imprecisão considerável, e Bernard e Skinner (1996) argumentam que os *accruals* anormais estimados usando modelo do tipo Jones, refletem o erro de medição devido, em parte, à classificação incorreta sistemática de *accruals* normais como *accruals* anormais.

E pesquisas sobre AFD podem ser encontradas em estudos que sugerem que as empresas se utilizaram do reconhecimento desses ativos para gerenciamento de resultado (Fields, Lys & Vicent, 2001, Gordon & Joos, 2004, Martinez, 2013, Kronbauer, Souza, Webber & Ott, 2012).

Leuz, Nanda e Wysocki (2003) examinaram as diferenças sistemáticas no gerenciamento de resultados em 31 países, propuseram uma explicação para essas diferenças com base na noção de *insiders*, tendo como um dos resultados, que na tentativa de proteger seus benefícios de controle privado, o gerenciamento de resultados tinha como objetivo esconder o desempenho da empresa de “estranhos”. Estudos têm mostrado uma associação positiva entre a qualidade dos controles internos e várias mensurações de qualidade dos ganhos como *accruals* anormais e persistência dos lucros (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr. & LaFond, 2008).

Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

**H1:** AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento

de resultados para evitar um declínio nos lucros.

Tucker e Zarowin (2006) usa uma abordagem para examinar se a suavização de receitas distorce as informações sobre os lucros ou melhora a informatividade dos lucros passados e atuais sobre os lucros e fluxos de caixa futuros. O coeficiente de resposta dos lucros é uma função das taxas de juros sem risco e do risco, crescimento e/ou gerenciamento de resultados (Collins & Kothari, 1989).

Pesquisadores identificaram situações em que existem incentivos para gerenciamento de resultados e encontraram evidências empíricas de tal gestão (Healy, 1985, Deangelo, 1986, Jones, 1991). Conforme apontado por Phillips, Pincus e Rego (2003), *accruals* totais podem ser separados nos tipos de *accruals* que não se espera que tenham um efeito significativo sobre o lucro tributável (chamado de "acrécimos não correntes", por exemplo, depreciação) e os tipos de acréscimos que devem afetar o lucro tributável (chamados "*accruals* correntes", por exemplo, contas a receber, contas a pagar acumuladas).

Pesquisadores tem investigado o papel do crescimento e da qualidade dos lucros em um número de dimensões. Quando o crescimento é mensurado em termo do crescimento das vendas ou dos ativos líquidos operacionais, então isto sinaliza que firmas com elevados crescimentos tem baixa persistência dos lucros (Penman & Zhang, 2002). Além disso, a evidência de que a receita contábil é gerenciada de maneiras que não afetam o lucro tributável contribui para o debate sobre se o lucro contábil deve ser a base de tributação.

As empresas brasileiras gerenciam seus resultados respondendo a estímulos do mercado de capitais, visando evitar prejuízos, sustentar desempenho recente ou mesmo evitar a variabilidade nos resultados (Martinez, 2008), questões ligadas ao mercado de capitais tendem a ser um dos principais motivadores para a ocorrência de gerenciamento de resultados (Healy & Wahlen, 1999).

Já a manipulação das atividades operacionais objetiva modificar relatórios empresariais e motivar os usuários a acreditarem no cumprimento de determinadas metas propostas para o período, sendo ainda considerada um mecanismo utilizado para evitar a divulgação de perdas, além de afetar o fluxo de caixa (Roychowdhury, 2006). Embora a prática do gerenciamento de resultados gere algum tipo de informação manipulada (Piccoli, Souza & Silva, 2014, Teoh, Wong & Rao, 1998) argumentam que deve ser adotada dentro de limites permitidos pelos princípios e práticas contábeis.

Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

**H2:** AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar perdas.

E quando os resultados são gerenciados, a percepção dos usuários externos acerca da real situação econômico - financeira das empresas é alterada, e o gerenciamento de resultados se torna o fenômeno da manipulação dos resultados acerca do desempenho econômico da empresa por parte dos gestores mediante escolhas contábeis (Healy & Wahlen, 1999). Os lucros podem ser parcialmente distorcidos diante de escolhas contábeis arbitrárias dos gestores, trazendo consigo um potencial risco aos investidores (Hendriksen & Van Breda, 1992).

Por outro lado, há um consenso amplamente aceito de que a persistência dos lucros é resultado da escolha de gerenciamento de resultados ou manipulação de lucros (Sloan, 1993, Chen, 2010, Dechow, Ge & Schrand, 2010, Skinner & Soltes, 2011).

Tucker e Zarowin (2006) mediram a suavização de receita pela correlação negativa da mudança de uma empresa nos *accruals* discricionários com sua mudança nos lucros pré-gerenciados, e descobriram que a mudança no preço atual das ações das empresas com maior suavização contém mais informações sobre seus ganhos futuros do que a mudança no preço das ações das empresas com menor suavização. Os preços das ações agem como se os investidores "fixassem" ganhos, não refletindo totalmente as informações contidas na provisão e componentes dos ganhos atuais do fluxo de caixa até que as informações afetem os ganhos

futuros (Sloan, 1996).

Os gerentes têm fortes incentivos para evitar relatar uma diminuição nos ganhos e evitar relatar uma perda. Fornecem evidências de gerenciamento de resultados, documentando uma maior frequência de zero ou pequenos aumentos em ganhos do que o esperado em distribuições transversais de mudanças anuais de ganhos em escala (Burgstahler & Dichev, 1997).

Phillips, Pincus e Rego (2003) avaliaram a utilidade dos AFD para detectar gerenciamento de resultados, além do regime de competência, e investigaram se essas variáveis detectam ganhos gerenciais, evitando assim relatar um declínio de ganhos e evitar relatar uma perda.

E os resultados foram consistentes com a utilidade incremental dos AFD em detecção de gerenciamento de resultados. Sendo incrementalmente útil para *accruals* normais e *accruals* anormais do modelo de Jones Modificado para evitar um declínio de ganhos e prospectivo para evitar uma perda. Porém não é incrementalmente útil em detectar gerenciamento de resultados para evitar o cumprimento ou a superação das previsões dos analistas.

Os gerentes têm incentivos para evitar o fracasso em cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas e o mercado recompensa as empresas que atendem ou superam as previsões dos analistas (Bartov, Givoly & Hayn, 2002). Burgstahler e Eames (2002) descobriram que as empresas com erros de previsão zero ou ligeiramente positivos dos analistas têm *accruals* anormais mais altas, calculadas usando o modelo de Jones (1991), e mostraram que os erros médios de previsão dos analistas de lucros é de 1 centavo por ação, e há uma frequência nitidamente maior de empresas-anos no zero e 1% no intervalo de erro de previsão em comparação com a frequência no valor negativo de 1 centavo por ação.

E para atender ou superar as previsões dos lucros dos analistas, foi testada a seguinte hipótese:

**H3:** AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foram levantados os dados de 2016 a 2020 dos bancos múltiplos e de investimentos do mercado bancário brasileiro, coletados do Banco Central do Brasil [BACEN], sendo a quantidade da amostra listada no Figura 1.

Hipótese	Ano	Bancos Múltiplos	Bancos de Investimentos	Caixa	Total
H1 e H2	2016	125	11	01	137
	2017	125	11	01	137
	2018	125	11	01	137
	2019	125	11	01	137
	2020	125	11	01	137
H3	2016	46	03	-	49
	2017	46	03	-	49
	2018	46	03	-	49
	2019	46	03	-	49
	2020	46	03	-	49

Figura 1: Quantidade de Bancos Múltiplos e de Investimentos da amostra

Uma empresa-ano deve ter dados não perdidos para as variáveis necessárias na análise, e controlados pelas observações extremas, sendo excluídos os anos de empresas com AFD abaixo do primeiro percentil ou acima do 99º percentil. Consistente com DeFond e Subramanyam (1998) e Dechow e Dichev (2002), também foram excluídas as empresas-anos que apresentaram uma medida de *accrual* em escala maior de 100 por cento (em valor absoluto) dos ativos totais.

O design empírico avalia a capacidade incremental dos AFD e várias medidas de *accruals* para detectar gerenciamento de resultados, considerando-se três situações em que o gerenciamento de resultados provavelmente está presente: empresas com mudanças de ganhos zero ou ligeiramente positivo, empresas com níveis de ganhos zero ou ligeiramente positivos e empresas onde os ganhos são exatamente iguais ou ligeiramente superiores às previsões dos analistas (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

Para responder H1, estimou-se o seguinte modelo *pooled cross-sectional* usando regressão *probit*:

$$EMI_{it} = \alpha + \beta_1 DTE_{it} + \beta_2 AC_{it} + \beta_3 \Delta CFO_{it} + \beta_j \Sigma_j Ind_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$EMI_{it}$  é igual a 1 (0) se a empresa  $i$  relatar uma mudança de lucros no ano  $t-1$  para  $t$  maior ou igual a 0 e menor que 0,01 (maior ou igual a -0,01 e menor que 0) de seu valor de mercado do patrimônio líquido no início do ano  $t-1$  (Burgstahler & Dichev, 1997). Empresas-anos com ganhos em mudanças de escala maiores ou iguais a 0,01 e menores que -0,01 do valor de mercado de patrimônio líquido compreende a amostra de controle perdida.

$DTE_{it}$  é o componente AFD da empresa  $i$ , dimensionada pelo início do ano dos ativos totais. Prevemos que o coeficiente em  $DTE_{it}$  na Equação (1) seja positivo e significativo, indicando que a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros aumenta com os AFD escalonados.

$AC_{it}$  representa uma das três variáveis de *accruals* usadas para detectar ganhos, e caso o coeficiente seja positivo na presença de resultados, evita-se um declínio nos lucros. Incluir  $DTE_{it}$  e  $AC_{it}$  no modelo permite determinar a utilidade incremental de cada medida na detecção do gerenciamento de resultados, principalmente quando for apresentado coeficientes positivos.

$\Delta CFO_{it}$  permite o controle do efeito que uma mudança nos fluxos de caixa de operações contínuas tem sobre o status de uma empresa com gerenciamento de resultados, e o que se espera que a variável seja positiva. Os aumentos nos fluxos de caixa operacionais refletem um aumento do desempenho atual e reduz a necessidade de gerenciar ganhos para chegar a zero ou mudança ligeiramente positiva nos ganhos (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

$Ind_{it}$  representa a indústria bancária diferenciada por *big banks* e *small banks* que apresentou AFD nos demonstrativos financeiros para controlar possíveis diferenças na tendência de cumprir ou superar as metas de ganhos.

Com relação ao cenário de evitar uma perda (Dechow & Dichev, 2002), inicialmente, foram comparadas as empresas-anos com níveis de ganhos em escala zero ou ligeiramente positivos com empresas com níveis de ganhos em escala ligeiramente negativos, com amostra de controle perdida.

Para responder H2, estimou-se a Equação (2), após fazer duas alterações. Primeiro,  $EM2_{it}$  é igual a 1 se o lucro líquido da empresa  $i$  no ano  $t$  dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano  $t-1$  for maior ou igual a 0 e menor que 0,02 e 0 se maior ou igual a -0,02 e menor que 0 (Burgstahler & Dichev 1997).

Posteriormente, foram usados o nível de fluxos de caixa das operações ( $CFO$ ) para o controle do desempenho atual na análise do nível de rendimentos. Como previsão, o coeficiente no  $DTE_{it}$  será positivo e significativo incrementalmente útil para a respectiva medida baseado no *accrual* da detecção da gestão de resultados, indicando que a probabilidade de gerenciar os ganhos para evitar uma perda aumenta com a despesa de imposto diferido. Sendo a Equação (2):

$$EM2_{it} = \alpha + \beta_1 DTE_{it} + \beta_2 AC_{it} + \beta_3 CFO_{it} + \beta_j \Sigma_j Ind_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

E por último, para responder H3, estimou-se a Equação (3) após redefinir  $EM3_{it}$  igual a 1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano  $t$  da empresa  $i$  for  $>1\%$  por ação, e 0 se for  $<1\%$  por ação, sendo coletados os dados da Bloomberg. Foi incluída a variável  $\Delta CFO_{it}$  como um controle para o desempenho atual na regressão de previsão dos analistas, sendo esperada positiva, uma vez que os erros de previsão dos analistas, como mudanças de ganhos

em escala na configuração de evitar um declínio de ganhos pode representar ganhos inesperados (Phillips, Pincus & Rego, 2003), sendo representada pela Equação (3):

$$EM3_{it} = \alpha + \beta_1 DTE_{it} + \beta_2 AC_{it} + \beta_3 \Delta CFO_{it} + \beta_j \sum_j Ind_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Um coeficiente positivo e significativo no  $DTE_{it}$  ou em qualquer uma das métricas de *accruals* incluídas no modelo indicaria que a probabilidade de atender ou superar as previsões dos analistas está aumentando em  $DTE_{it}$  ou na métrica de *accrual*, e forneceria evidências de sua utilidade incremental na detecção de gerenciamento de resultados nesta configuração.

### 3.1 MODELOS DE ACCRUALS

Para os modelos de *accruals*, foram usados os totais (Healy, 1985), anormais do modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995), e anormais prospectivos (Dechow & Dichev, 2002) como *proxies* para *accruals* que refletem o gerenciamento de resultados. Os *accruals* totais representam a diferença da receita das operações contínuas menos os fluxos de caixa de operações contínuas:

$$TAcc_{it} = EBEI_{it} - (CFO_{it} - EIDO_{it}) \quad (4)$$

Os primeiros *accruals* anormais foram calculados na diferença entre  $TAcc_{it}$  e os *accruals* normais do modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995) estimados pela Equação (5), e com os resíduos, foi criada a variável *AbAccMJ*.

$$TAcc_{it} = \alpha + \beta_1 (\Delta Sales_{it} - \Delta AR_{it}) + \beta_2 PPE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Subtraindo  $\Delta AR_{it}$  modifica o modelo de Jones (1991) para que as vendas a crédito sejam assumidas como discricionárias. Seguindo Dechow, Sloan e Sweeney (1995), foram estimados o modelo de Jones Modificado usando as empresas-anos em que foram assumidos não há gerenciamento de resultados (usando  $no-EM=1$ ), e conseqüentemente, foram excluídos  $\Delta AR_{it}$  da estimativa de Equação (5), sendo feito separadamente para cada ano.

Também foram estimados outros *accruals* anormais sendo calculados pela diferença entre  $TAcc_{it}$  e os *accruals* normais do modelo Jones Prospectivo de Dechow e Dichev (2002), sendo estimados pela equação (6), e com os resíduos, foi criada a variável *AbAccFL*.

$$TAcc_{it} = \alpha + \beta_1 (\Delta Sales_{it} - (1 - k) \Delta AR_{it}) + \beta_2 PPE_{it} + \beta_3 TAcc_{it-1} + \beta_4 GR\_Sales_{t+1} + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

O modelo inclui três ajustes ao modelo Jones Modificado (Phillips, Pincus & Rego, 2003). Primeiro, ao invés de assumir que todas as vendas a crédito são discricionárias, o modelo trata parte do aumento em vendas a crédito conforme o esperado (um acréscimo normal), regredindo  $\Delta AR_{it}$  em  $\Delta Sales_{it}$  e winsorizando o parâmetro estimado  $k$  variando de 0 a 1. Portanto, a mudança nas vendas da equação (6) é reduzida em menos de 100 por cento do aumento nas contas a receber.

Segundo, uma parte de *accruals* totais é considerada previsível e capturada incluindo *accruals* (totais defasados) do ano passado no modelo.

E por último, o modelo Jones Modificado trata aumentos no estoque feitos em antecipação às vendas mais altas como um acúmulo anormal refletindo manipulação de lucros, em vez de um aumento racional no estoque (Hunt, Moyer & Shevlin, 1996).

Incluir o crescimento das vendas futuras corrige esses erros de classificação, embora signifique que o modelo use dados do período futuro para estimar o período atual normal e *accruals* anormais.

Variável	Descrição	Fonte
$EM1_{it}$	1 se a mudança no lucro líquido da empresa $i$ no ano $t-1$ para $t$ dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano $t-2$ é $\geq 0$ e $< 0,01$ , e 0 se a mudança no lucro líquido for $\geq -0,01$ e $< 0$ .	Phillips, Pincus e Rego (2003)
$EM2_{it}$	1 se o lucro líquido da empresa $i$ no ano $t$ dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano $t-1$ é $\geq 0$ e $< 0,02$ e 0 se $\geq -0,02$ e $< 0$ .	Burgstahler e Dichev (1997)
$EM3_{it}$	1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano $t$ da empresa $i$	Phillips, Pincus e Rego

	for >1% por ação, e 0 se for <1% por ação.	(2003)
$DTE_{it}$	AFD da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Phillips, Pincus e Rego (2003)
$AC_{it}$	Medida dos <i>accruals</i> da empresa $i$ no ano $t$ .	Dechow e Dichev (2002)
$\Delta CFO_{it}$	Mudança nos fluxos de caixa da empresa $i$ de operações contínuas do ano $t-1$ para $t$ , escalonados pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
$CFO_{it}$	Fluxos de caixa das operações da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Healy (1985)
$\Sigma_j Ind_{it}$	1 (0) se a empresa $i$ for Big Bank (Small Bank) na indústria bancária $j$ constando AFD em seus demonstrativos financeiros no ano $t$ .	Phillips, Pincus e Rego (2003)
$TAcc_{it}$	<i>Accruals</i> totais da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Healy (1985)
$AbAccMJ$	<i>Accruals</i> anormais da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
$AbAccFL$	<i>Accruals</i> anormais da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
$EBEI_{it}$	Receita da empresa $i$ antes de itens extraordinários no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Healy (1985)
$EIDO_{it}$	Ítems extraordinários e operações descontinuadas da declaração de fluxos de caixa da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Healy (1985)
$\Delta Sales_{it}$	Mudança nas vendas da empresa $i$ do ano $t-1$ para $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
$\Delta AR_{it}$	Mudança nas contas a receber da empresa $i$ das atividades operacionais do ano $t-1$ para $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
$PPE_{it}$	Imobilizado total da empresa $i$ no ano $t$ , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$ .	Dechow e Dichev (2002)
K	Coefficiente de inclinação de uma regressão de $\Delta AR_{it}$ em $\Delta Sales_{it}$ .	Dechow e Dichev (2002)
$TAcc_{it-1}$	<i>Accruals</i> totais da empresa $i$ do ano anterior, escalonados pelos ativos totais do ano $t-2$ .	Dechow e Dichev (2002)
$GR\_Sales_{t+1}$	Mudança nas vendas da empresa $i$ do ano $t$ para $t+1$ , escalonada pelas vendas do ano $t$ .	Dechow e Dichev (2002)

Figura 2: Descrições das variáveis e coeficiente.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA

A Tabela 1 apresenta os resultados das estatísticas descritivas escalonadas pelos ativos totais do início de cada ano, para a variável dependente  $EMI_{it}$ . Com relação à variável  $DTE_{it}$  (que representa os AFD) médio com mudanças de ganhos zero ou ligeiramente positivas, essa foi maior do que o  $DTE_{it}$  médio com mudanças de ganhos ligeiramente negativos (1,27% e 0,73%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por  $DTE_{it}$  se torna maior para evitar um declínio nos lucros.

Tabela 1

**AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros**

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EMI_{it}$	320	0	0	0	0
$DTE_{it}$	320	.0073002	.0487922	-0.192592	.5802636
$Tacc_{it}$	320	.1485864	.5247968	-.6358354	7.588434
$AbAccMJ$	320	.099388	.4021696	-.8176538	4.568723
$AbAccFL$	320	.1617461	1.656218	-12.51649	21.75017
$\Delta CFO_{it}$	320	-.0248423	.7479806	-12.89918	1.573222

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EM1_{it}$	365	1	0	1	1
$DTE_{it}$	365	.0127235	.0832037	-.2051843	.8829235
$Tacc_{it}$	365	.2985191	2.826872	-.8764675	49.89525
$AbAccMJ$	365	.2499049	2.330701	-.8769915	39.91208
$AbAccFL$	365	.3021764	4.24641	-47.93668	51.68353
$\Delta CFO_{it}$	365	.1167016	1.711411	-4.179105	24.40822

As variáveis  $Tacc_{it}$ ,  $AbAccMJ$  e  $AbAccFL$  também apresentaram as suas médias mais favoráveis às mudanças de ganhos zero ou ligeiramente positivas (29,85%, 24,99% e 30,22% contra 14,86%, 9,94% e 16,17%), sendo que os *accruals* anormais do modelo Jones Modificado Prospectivo foi a maior média em comparação aos *accruals* totais e os *accruals* anormais do modelo Jones Modificado.

A variável  $\Delta CFO_{it}$  apresentou a média negativa de -2,48% para a mudança de ganhos ligeiramente negativos, e positiva (11,67%) para a mudança de ganhos zero ou ligeiramente positivas. Significando que, as possibilidades de gerenciamento dos resultados pelo  $\Delta CFO_{it}$  reduzem quando os bancos apresentaram resultados desfavoráveis, e aumentaram quando os bancos apresentaram resultados favoráveis.

Na Tabela 2, são apresentados os resultados das estatísticas descritivas escalonadas pelos ativos totais do início de cada ano para a análise de que os AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar perdas.

Tabela 2

**AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar perdas**

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EM2_{it}$	93	0	0	0	0
$DTE_{it}$	93	.0139077	.0831719	-.0192592	.5802636
$Tacc_{it}$	93	.1209868	.3314639	-.6358354	2.618712
$AbAccMJ$	93	.0867972	.3604036	-.8090381	2.464048
$AbAccFL$	93	.4557773	2.482064	-1.557913	21.75017
$CFO_{it}$	93	-.0381365	.2035891	-1.606644	.4177397

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EM2_{it}$	592	1	0	1	1
$DTE_{it}$	592	.0096059	.0669175	-.2051843	.8829235
$Tacc_{it}$	592	.2453638	2.248947	-.8764675	49.89525
$AbAccMJ$	592	.1941678	1.848716	-.8769915	39.91208
$AbAccFL$	592	.2021382	3.409477	-47.93668	51.68353
$CFO_{it}$	592	-.1342811	1.547738	-30.62651	.9114422

A variável  $DTE_{it}$  médio com mudanças de ganhos zero ou ligeiramente positivas foi menor do que o  $DTE_{it}$  médio com mudanças de ganhos ligeiramente negativos (0,96% e 1,39%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por  $DTE_{it}$  se torna menor para evitar perdas.

As variáveis  $Tacc_{it}$  e  $AbAccMJ$  apresentaram as suas médias mais favoráveis às mudanças dos lucros sobre o patrimônio líquido dos bancos for maior ou igual a 0 e menor que 2% (24,54% e 19,42% contra 12,10% e 8,68%). Entretanto, a variável  $AbAccFL$  apresentou resultado contrário (45,58% e 20,21%), ou seja, suas médias tendenciam às mudanças dos lucros sobre o patrimônio líquido dos bancos maior ou igual a -2% e menor que 0.

A variável  $CFO_{it}$  apresentou médias negativas de -3,81% e -13,43%, significando que os valores médios reduzem as possibilidades de gerenciamento dos resultados pelos  $CFO_{it}$  quando os bancos apresentaram resultados favoráveis e desfavoráveis para evitar perdas.

A Tabela 3 apresenta os resultados das estatísticas descritivas escalonadas pelos ativos totais do início de cada ano para a variável dependente  $EM3_{it}$ . Com relação à variável  $DTE_{it}$

médio do erro de previsão de ganhos dos analistas, essa foi maior quando o erro era <1% por ação (1,05% contra 0,13%), assim como as variáveis dos *accruals* anormais pelo modelo Jones Modificado Prospectivo, que apresentou 44,71% e 26,02%, significando que essas variáveis tendenciam menos o gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

Tabela 3

**AFD são incrementalmente úteis para medidas de *accruals* na detecção de gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas**

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EM3_{it}$	157	0	0	0	0
$DTE_{it}$	157	.0105176	.0537124	-.0157856	.5802636
$Tacc_{it}$	157	.1505314	.3174543	-.8703746	2.13484
$AbAccMJ$	157	.1364755	.3849212	-.880685	2.474674
$AbAccFL$	157	.4470779	1.972327	-1.112654	21.7515
$\Delta CFO_{it}$	157	.0299715	.3513753	-1.763264	2.31101

  

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$EM3_{it}$	88	1	0	1	1
$DTE_{it}$	88	.0013175	.026816	-.2051843	.1316059
$Tacc_{it}$	88	.6136869	4.814849	-.1141536	45.15985
$AbAccMJ$	88	.4744581	3.743839	-.3548699	35.17668
$AbAccFL$	88	.2601616	6.955317	-43.06954	47.71335
$\Delta CFO_{it}$	88	.2856803	2.550413	-.9647406	23.70915

As variáveis  $Tacc_{it}$ ,  $AbAccMJ$  e  $\Delta CFO_{it}$  apresentaram as suas médias mais favoráveis aos erros de previsões de ganhos dos analistas maiores que 1% por ação. Os *accruals* totais apresentaram 61,37% e 15,05%; os *accruals* anormais pelo modelo Jones Modificado apresentaram 47,45% e 13,65%, e os  $\Delta CFO_{it}$  28,57% e 3%.

Os resultados apresentaram correlações positivas entre a mudança no Lucro Líquido (LL) e a mudança nos fluxos de caixa operacionais (H1), consistente com Dechow (1994), e correlações negativas confiáveis entre os *accruals* totais e fluxos de caixa das operações (H2), consistente com Sloan (1996).

A variável  $DTE_{it}$  nas três métricas de *accruals* apresentou resultados não correlacionados, o que é consistente com Hanlon (2002), que sugere que a multicolinearidade entre o  $DTE_{it}$  e as medidas de *accruals* não seja um problema, pois podem representar diferentes aspectos da discricção gerencial sobre as escolhas contábeis.

#### 4.2 AFD VS. ACCRUALS TOTAIS

A Tabela 4 relata os resultados da estimativa do modelo *probit* com  $DTE_{it}$  e  $TAcc_{it}$  como teste de variáveis. O primeiro conjunto de resultados é mostrado nas colunas à esquerda com a variável dependente  $EM1_{it}$ , que diz respeito ao gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros. O conjunto intermediário de colunas, da variável  $EM2_{it}$ , apresenta os resultados do gerenciamento de resultados para evitar perdas, e o conjunto do lado direito de colunas ( $EM3_{it}$ ), exhibe os resultados relacionados ao gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

Tabela 4

**AFD vs. *accruals* totais**

	$EM1_{it}$		$EM2_{it}$		$EM3_{it}$	
	Log likelihood = -470.603	LR chi2(4) = 5.45	Log likelihood = -264.06384	LR chi2(4) = 16.04	Log likelihood = -157.82707	LR chi2(4) = 4.29
	n = 685	Prob > chi2	n = 685	Prob > chi2	n = 245	Prob > chi2



		= 0.2444		= 0.0030		= 0.3682
	Coefficient	p> z	Coefficient	p> z	Coefficient	p> z
$DTE_{it}$	1.008948	0.200	-.7202219	0.348	-4.124328	0.304
$Tacc_{it}$	-.0048959	0.926	-.1569078	0.512	.029747	0.859
$\Delta CFO_{it}$	.0823948	0.286	-	-	-.0022907	0.994
$CFO_{it}$	-	-	-.289771	0.429	-	-
$\Sigma jInd_{it}$	-.1245691	0.205	.5080238	0.000	-.1239262	0.471
_cons	.1220911	0.053	.9384071	0.000	-.2708644	0.039

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ( $EMI_{it}$ ), o coeficiente no  $DTE_{it}$  é positivo (1,008948), porém não significativo a 5% ( $p>0,20$ ), sugerindo que os AFD não são incrementalmente úteis em detectar o gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros. Os coeficientes em  $Tacc_{it}$  igual a -0,0048959, e não significativo ( $p>0,926$ ), e em  $\Sigma jInd_{it}$  igual a -0,1245691, também não significativo ( $p>0,205$ ), indicam que os *accruals* totais e tamanho dos bancos também não são incrementalmente úteis na detecção de gerenciamento de resultados nesta configuração. Como esperado, o  $\Delta CFO_{it}$  é positivo (0,0823948), porém não significativo ( $p>0,286$ ).

Os resultados relatados na coluna da variável  $EM2_{it}$  exibe o coeficiente em  $DTE_{it}$  negativo (-0,7202219) e não significativo a 5% ( $p>0,348$ ), assim como o coeficiente em  $Tacc_{it}$  (-0,1569078,  $p>0,512$ ). Portanto, os AFD e  $Tacc_{it}$  não são incrementalmente úteis na identificação de gerenciamento de resultados para evitar uma perda. O coeficiente no  $CFO_{it}$  também foi negativo (-0,289771) e não significativo ( $p>0,429$ ). Porém a variável *dummi*  $\Sigma jInd_{it}$  apresentou coeficiente positivo (0,5080238) e significativo ( $p>0,000$ ), representando que o tamanho do banco pode indicar gerenciamento de resultados para evitar uma perda.

Na terceira coluna de resultados da variável  $EM3_{it}$ , as variáveis  $DTE_{it}$  (-4,124328 e  $p>0,304$ ),  $\Delta CFO_{it}$  (-0,0022907 e  $p>0,994$ ) e  $\Sigma jInd_{it}$  (-0,1239262 e  $p>0,471$ ) exibiram resultados de coeficientes negativos e não significativos a 5%. A variável dos *accruals* totais teve o coeficiente positivo (0,029747), mas também, não significativo ( $p>0,859$ ) na detecção de gerenciamento de resultados para atender às previsões dos analistas.

#### 4.3 AFD VS. ACCRUALS ANORMAIS MODELO JONES MODIFICADO

A Tabela 5 relata os resultados da estimativa do modelo *probit* com  $DTE_{it}$  e  $AbAccMJ$  como teste de variáveis. O primeiro conjunto de resultados é mostrado nas colunas à esquerda com a variável dependente  $EMI_{it}$ , o conjunto intermediário de colunas da variável  $EM2_{it}$ , e o do lado direito exibe a variável  $EM3_{it}$ .

Tabela 5  
AFD vs. *accruals* anormais modelo Jones Modificado

	$EM1_{it}$		$EM2_{it}$		$EM3_{it}$	
	Log likelihood =	LR chi2(4) =	Log likelihood =	LR chi2(4) =	Log likelihood =	LR chi2(4) =
	-470.56954	5.51	-264.17427	15.82	-157.84288	4.26
	n = 685	Prob > chi2 =	N = 685	Prob > chi2 =	n = 245	Prob > chi2 =
	0.2385	0.0033		0.3722		
	Coefficient	P> z	Coefficient	P> z	Coefficient	P> z
$DTE_{it}$	1.008284	0.201	-.7144255	0.351	-4.117371	0.304
$AbAccMJ$	.0200632	0.792	-.0731424	0.683	.0013812	0.993
$\Delta CFO_{it}$	.0638393	0.409	-	-	.0466652	0.836
$CFO_{it}$	-	-	-.1544195	0.481	-	-
$\Sigma jInd_{it}$	-.1257926	0.201	.5060392	0.000	-.1205581	0.487
_cons	.1197219	0.057	.9320724	0.000	-.2703499	0.040

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ( $EMI_{it}$ ), o coeficiente no  $DTE_{it}$  é

positivo (1,008284), porém não significativo a 5% ( $p > 0,201$ ), sugerindo que os AFD não são incrementalmente úteis em detectar o gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros. Os coeficientes positivos em  $AbAccMJ$  igual a 0,0200632, e não significativo ( $p > 0,792$ ), e  $\Delta CFO_{it}$  igual a 0,0638393, também não significativo ( $p > 0,409$ ), indicam que os *accruals* anormais pelo Modelo Jones Modificado e a variação do fluxo de caixa também não são incrementalmente úteis na detecção de gerenciamento de resultados nesta configuração. E o tamanho do banco ( $\Sigma jInd_{it}$ ) apresentou um coeficiente negativo e não significativo (-0,1257926 e  $p > 0,201$ ).

Os resultados relatados na coluna da variável  $EM2_{it}$  exibe o coeficiente em  $DTE_{it}$  negativo (-0,7144255) e não significativo a 5% ( $p > 0,351$ ), assim como o coeficiente em  $AbAccMJ$  (-0,0731424,  $p > 0,683$ ). Portanto, os AFD e  $AbAccMJ$  não são incrementalmente úteis na identificação de gerenciamento de resultados para evitar uma perda. O coeficiente no  $CFO_{it}$  também foi negativo (-0,1544195) e não significativo ( $p > 0,481$ ). Porém a variável *dummie*  $\Sigma jInd_{it}$  apresentou coeficiente positivo (0,5060392) e significativo ( $p > 0,000$ ), representando que o tamanho do banco pode indicar gerenciamento de resultados para evitar uma perda.

Na terceira coluna de resultados para a variável  $EM3_{it}$ , as variáveis  $DTE_{it}$  (-4,117371 e  $p > 0,304$ ) e  $\Sigma jInd_{it}$  (-0,1205581 e  $p > 0,487$ ) exibiram resultados de coeficientes negativos e não significativos a 5%. As variáveis dos *accruals* anormais do Modelo Jones Modificado e  $\Delta CFO_{it}$  tiveram os seus coeficientes positivos (0,0013812 e 0,0466652), porém não significativos ( $p > 0,993$  e  $p > 0,836$ ) na detecção de gerenciamento de resultados para atender às previsões dos analistas.

#### 4.4 AFD VS. ACCRUALS ANORMAIS MODELO JONES MODIFICADO PROSPECTIVO

A Tabela 6 relata os resultados da estimativa do modelo *probit* com  $DTE_{it}$  e  $AbAccFL$  como teste de variáveis. O primeiro conjunto de resultados é mostrado nas colunas à esquerda com a variável dependente  $EMI_{it}$ , o conjunto intermediário de colunas da variável  $EM2_{it}$ , e o do lado direito exibe a variável  $EM3_{it}$ .

Tabela 6

##### AFD vs. Accruals anormais modelo Jones Modificado Prospectivo

	$EM1_{it}$		$EM2_{it}$		$EM3_{it}$	
	Log likelihood =	LR chi2(4) =	Log likelihood =	LR chi2(4) =	Log likelihood =	LR chi2(4) =
	-470.36342	5.93	-262.82979	18.51	-156.00959	7.92
	n =	Prob > chi2 =	N =	Prob > chi2 =	n =	Prob > chi2 =
	685	0.2047	685	0.0010	245	0.0944
	Coefficient	P> z	Coefficient	P> z	Coefficient	P> z
$DTE_{it}$	1.005504	0.200	-0.7571612	0.322	-4.374156	0.283
$AbAccFL$	-0.0159868	0.502	-0.0652791	0.119	-0.0704623	0.211
$\Delta CFO_{it}$	.1044196	0.129	-	-	.185779	0.183
$CFO_{it}$	-	-	-0.1710532	0.256	-	-
$\Sigma jInd_{it}$	-0.1284909	0.192	.4898113	0.000	-0.1446605	0.399
_cons	.1252953	0.047	.9460393	0.000	-0.2439048	0.066

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ( $EMI_{it}$ ), os coeficientes em  $DTE_{it}$  e  $\Delta CFO_{it}$  são positivos (1,005504 e 0,1044196), porém não significativos a 5% ( $p > 0,200$  e  $p > 0,129$ ), sugerindo que os AFD e a variação no fluxo de caixa não são incrementalmente úteis em detectar o gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros.

Os coeficientes em  $AbAccFL$  igual a -0,0159868 e  $\Sigma jInd_{it}$  igual a -0,1284909 também foram não significativos a 5% ( $p > 0,502$  e  $p > 0,192$ ), indicando que os *accruals* anormais pelo Modelo Jones Modificado Prospectivo e o tamanho dos bancos não são incrementalmente úteis na detecção de gerenciamento de resultados nesta configuração.

Os resultados relatados na coluna da variável  $EM2_{it}$  exibe o coeficiente em  $DTE_{it}$  negativo (-0,7571612) e não significativo a 5% ( $p > 0,322$ ), assim como o coeficiente em  $AbAccFL$  (-0,0652791,  $p > 0,119$ ). Portanto, os AFD e  $AbAccFL$  não são incrementalmente úteis na identificação de gerenciamento de resultados para evitar uma perda. O coeficiente no  $CFO_{it}$  também foi negativo (-0,1710532) e não significativo ( $p > 0,256$ ). Porém a variável *dummie*  $\Sigma jInd_{it}$  apresentou coeficiente positivo (0,4898113) e significativo ( $p > 0,000$ ), representando que o tamanho do banco pode indicar gerenciamento de resultados para evitar uma perda.

Na terceira coluna de resultados na Tabela 6 ( $EM3_{it}$ ), as variáveis  $DTE_{it}$  (-4,374156 e  $p > 0,283$ ), dos *accruals* anormais do modelo Jones Modificado Prospectivo (-0,0704623 e  $p > 0,211$ ) e  $\Sigma jInd_{it}$  (-0,1446605 e  $p > 0,399$ ) exibiram resultados de coeficientes negativos e não significativos a 5%. A variável  $\Delta CFO_{it}$  exibiu o seu coeficiente positivo (0,185779), porém não significativo ( $p > 0,183$ ) na detecção de gerenciamento de resultados para atender às previsões dos analistas.

## 5 CONCLUSÕES

Construindo com base em evidências de gerenciamento de resultados em Burgstahler e Dichev (1997), e na evidência de erro de medição significativo nas medidas de *accruals* em Guay, Kothari e Watts (1996) e Bernard e Skinner (1996), investigou-se avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em três metas: evitar relatar uma queda nos lucros, evitar relatar uma perda e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas.

E diferentemente à pesquisa realizada por Phillips, Pincus e Rego (2003) que avaliaram a utilidade dos AFD na detecção de gerenciamento de resultados, e exibiram resultados incrementalmente úteis desse ativo, para *accruals* totais e *accruals* anormais do modelo de Jones Modificado para evitar um declínio de ganhos, e para *accruals* totais, *accruals* anormais modelos Jones Modificado e Jones Modificado Prospectivo para evitar uma perda. E não é incrementalmente útil em detectar gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas.

Os resultados apresentados não foram consistentes com H1, H2 e H3, ou seja os AFD ( $DTE_{it}$ ) geralmente não são incrementalmente úteis para as medidas de *accruals* baseadas em competência na detecção do gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H1), evitar relatar uma perda (H2), e evitar deixar de atender ou superar as previsões dos analistas (H3) nas métricas de *accruals* totais, anormais modelo Jones Modificado e Jones Modificado Prospectivo.

Uma limitação de nosso estudo é que nossa análise se restringe ao período em que bancos digitais iniciaram suas atividades após 2016, portanto, não podendo participar dessa amostragem. E outra limitação, é que não foram incorporadas orientações gerenciais nas investigações para detectar gerenciamento de resultados para as métricas de *accruals*.

Pesquisas futuras também poderão considerar (1) modelagem dos AFD para considerar como persistência de resultados nas métricas de *accruals* totais, anormais modelo Jones Modificado e Jones Modificado Prospectivo, (2) identificar gerenciamento de resultados em AFD para empresas optantes pelo Lucro Real trimestral em comparação ao Lucro Real anual, e (3) modelagem dos AFD para considerar como suavizador de resultados para evitar o fracasso em atender as previsões de lucros dos analistas.

## REFERÊNCIAS

- Abad, D., Cutillas-Gomariz, M. F., Sánchez-Ballesta, J. P., & Yagüe, J. (2018). Real earnings management and information asymmetry in the equity market. *European Accounting Review*, 27(2), 209-235.
- Alzoubi, E. S. S. (2016). Ownership structure and earnings management: evidence from

- Jordan. *International Journal of Accounting & Information Management*.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The Accounting Review*, 83(1), 217-250.
- Ayers, B. C. (1998). Deferred tax accounting under SFAS No. 109: An empirical investigation of its incremental value-relevance relative to APB No. 11. *The Accounting Review*, 195-212.
- Barros, M. E., Menezes, J. T., Colauto, R. D., & Teodoro, J. D. (2014). Gerenciamento de resultados e alavancagem financeira em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(1).
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Bartov, E., Givoly, D., & Hayn, C. (2002). The rewards to meeting or beating earnings expectations. *Journal of Accounting and Economics*, 33(2), 173-204.
- Beer, S., De Mooij, R., & Liu, L. (2020). International corporate tax avoidance: A review of the channels, magnitudes, and blind spots. *Journal of Economic Surveys*, 34(3), 660-688.
- Bernard, V., & Skinner D. (1996). What motivates managers choice of discretionary accruals? *Journal of Accounting and Economics*, 22 (1-3): 313–325.
- Boina, T. M., & Macedo, M. A. D. S. (2018). Predictive ability of accruals before and after IFRS in the Brazilian stock market. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29, 375-389.
- Burgstahler, D., & I. Dichev. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of Accounting and Economics*, 24 (1): 99–126.
- Burgstahler, D., & Eames, M. (2006). Management of earnings and analysts' forecasts to achieve zero and small positive earnings surprises. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(5-6), 633-652.
- Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983-1016.
- Burks, J. J., Cuny, C., Gerakos, J., & Granja, J. (2018). Competition and voluntary disclosure: Evidence from deregulation in the banking industry. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1471-1511.
- Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, 42(1-2), 107-148.
- Chen, T. (2010). Analysis on accrual-based models in detecting earnings management. *Lingnan Journal of Banking, Finance and Economics*, 2(1), 5.
- Collins, D. W., & Kothari, S. P. (1989). An analysis of intertemporal and cross-sectional determinants of earnings response coefficients. *Journal of Accounting and Economics*, 11(2-3), 143-181.
- CPC. (2009). *CPC 32: Tributos sobre o Lucro*. Brasil: CPC.
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 147-177.
- DeAngelo, L. (1986). Management buyouts of public stockholders. *The Accounting Review*, 61(3), 400–420.
- Dechow, P. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18(1), 3–42.
- Dechow, P., Sloan R., & Sweeney A. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2), 193–225.
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(s-1), 35-59.

- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401.
- DeFond, M. L., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 35-67.
- FASB. (1996). *Statement of Financial Accounting Standards n° 109 [SFAS 109]: Accounting for Income Taxes*. Estados Unidos da América: FASB.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307.
- Gao, J., Gao, B., & Wang, X. (2017). Trade-off between real activities earnings management and accrual-based manipulation-evidence from China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 29, 66-80.
- Gordon, E. A., & Joos, P. R. (2004). Unrecognized deferred taxes: evidence from the UK. *The Accounting Review*, 79(1), 97-124.
- Guay, W., Kothari S. P., & Watts R. (1996). A market-based evaluation of discretionary accrual models. *Journal of Accounting Research*, 34 (Supplement), 83–105.
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2019). Ativos Fiscais Diferidos na Indústria Bancária Brasileira: Impactos do Ajuste a Valor Presente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 22(1), 19-37.
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2020). Value relevance dos ativos fiscais diferidos na indústria bancária brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 33-49.
- Healy, P. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics* 7 (1-3), 85–107.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*, Richard D. Irwin, Boston.
- Hunt, A., Moyer S., & Shevlin T. (1996). Managing interacting accounting measures to meet multiple objectives: A study of LIFO firms. *Journal of Accounting and Economics*, 21(3), 339–374.
- International Accounting Standard n° 12 [IAS 12]: Income Taxes*. (1996). União Europeia: IASB.
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adopção de IFRS y gerenciamiento de resultado en las empresas brasileñas de capital abierto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38.
- Jones, J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193–228.
- Kronbauer, C. A., de Souza, A. A., Webber, F. L., & Ott, E. (2012). Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(17), 39-60.
- Kotsupatriy, M., Ksonzhyk, I., Skrypnyk, S., Shepel, I., & Koval, S. (2020). Use of international accounting and financial reporting standards in enterprise management. *International Journal of Management*, 11(5).
- Lei Complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991. (1991). *Institui Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da CSLL das instituições financeiras e outras providências*. DOU. Brasília, DF: GFB.
- Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (1976). *Dispõe sobre as Sociedades por Ações*. Diário Oficial da União [DOU]. Brasília, DF: GFB.
- Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (1995). *Altera a legislação do IRPJ, bem como da CSLL e outras providências*. DOU. Brasília, DF: GFB.
- Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (1996). *Dispõe sobre a legislação tributária federal*,

- as contribuições para a seguridade social e processo administrativo de consulta e outras providências*. DOU. Brasília, DF: GFB.
- Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014. (2014). *Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ e CSLL e outras providências*. DOU. Brasília, DF: GFB.
- Lei n. 13.169, de 06 de outubro de 2015. (2015). *Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da CSLL e outras providências*. DOU. Brasília, DF: GFB.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505-527.
- Madeira, C. (2015). Identification of Earnings Dynamics Using Rotating Samples over Short Periods: The Case of Chile. *Central Bank of Chile Working Paper*, 754.
- Marques, V. A., Amaral, H. F., de Souza, A. A., dos Santos, K. L., & Belo, P. H. R. (2017). Determinantes das republicações no mercado brasileiro: Uma análise a partir dos incentivos ao gerenciamento de resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(2).
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, 7-17.
- Martinez, A. L. (2013). Earnings management in Brazil: a survey of the literature. *BBR. Brazilian Business Review*, 10(4), 1-29.
- Mear, K., Bradbury, M., & Hooks, J. (2021). The ability of deferred tax to predict future tax. *Accounting & Finance*, 61(1), 241-264.
- Miller, G., & D. Skinner. (1998). Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *The Accounting Review*, 73(2), 213-233.
- Penman, S. H., & Zhang, X. J. (2002). Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. *The Accounting Review*, 77(2), 237-264.
- Phillips, J., Pincus, M., & Rego, S. O. (2003). Earnings management: New evidence based on deferred tax expense. *The Accounting Review*, 78(2), 491-521.
- Piccoli, P. G. R., Souza, A., & da Silva, W. V. (2014). As práticas de governança corporativa diminuem o gerenciamento de resultados? Evidências a partir da aversão na divulgação de prejuízos e de queda nos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 141-162.
- Resolução n. 3.059, de 20 de dezembro de 2002. (2002). *Dispõe sobre registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN*. BACEN. Brasília, DF: CMN.
- Resolução n. 4.192, de 01 de março de 2013. (2013). *Dispõe sobre a metodologia para apuração do PR*. BACEN. Brasília, DF: CMN.
- Resolução CMN n. 4.842, de 30 de julho de 2020. (2020). *Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN*. BACEN. Brasília, DF: CMN.
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335-370.
- Skinner, D. J. (2008). The rise of deferred tax assets in Japan: The role of deferred tax accounting in the Japanese banking crisis. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2-3), 218-239.
- Skinner, D. J., & Soltes, E. (2011). What do dividends tell us about earnings quality?. *Review of Accounting Studies*, 16(1), 1-28.
- Sloan, R. G. (1993). Accounting earnings and top executive compensation. *Journal of Accounting and Economics*, 16(1-3), 55-100.
- Sloan, R. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *The Accounting Review*, 71(3), 289-315.

- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: a review. *European Accounting Review*, 16(4), 675-702.
- Souza, J. A. S. D., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2020). Financial Reporting Quality and Sustainability Information Disclosure in Brazil. *BBR. Brazilian Business Review*, 16, 555-575.
- Teoh, S. H., Wong, T. J., & Rao, G. R. (1998). Are accruals during initial public offerings opportunistic? *Review of Accounting Studies*, 3(1), 175-208.
- Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness?. *The Accounting Review*, 81(1), 251-270.
- Wronski, P. G., & Klann, R. C. (2020). Accounting Conservatism and National Culture. *BBR. Brazilian Business Review*, 17, 344-361.
- Zanon, A. R. M., & Dantas, J. A. (2020). Market Reaction to the Issuance of Capital Instruments by Brazilian Banks. *BBR. Brazilian Business Review*, 17, 1-23.